

PLANO DE AÇÃO (PAGE), E A ARQUITETURA MODERNA ¹

ACTION PLAN (PAGE) AND MODERN ARCHITECTURE

MIGUEL ANTONIO BUZZAR, MARIA TEREZA REGINA LEME DE BARROS CORDIDO

RESUMO

A implementação do Plano de Ação na gestão do governador Carvalho Pinto no Estado de São Paulo (1959-1963) teve um impacto profundo na administração pública e na difusão e afirmação da arquitetura moderna em todo o Estado, sobretudo no interior, com a produção de mais de mil equipamentos públicos. Até o Plano, as obras públicas na sua imensa maioria eram projetadas pelo Departamento de Obras Públicas com uma arquitetura de extração eclética, neocolonial ou ainda possuíam uma linguagem corrente de difícil definição. As obras do Plano de Ação implantadas em um momento no qual a Arquitetura Moderna já gozava de ampla aceitação e há um ano da inauguração de Brasília, além de alinharem a produção estatal paulista com a produção arquitetônica em geral, não se restringiram a replicar soluções consagradas e existentes. A especulação arquitetônica propiciada e estimulada pelo Plano de Ação deu vazão a um conjunto de concepções que renovaram a proposição da dimensão pública dos equipamentos por meio de uma pluralidade arquitetônica substantiva. Essa produção colocou em relevo a dimensão social da própria arquitetura moderna, e foi o terreno no qual se constituiu a corrente que veio a ser conhecida como Escola Paulista, uma das expressões da pluralidade arquitetônica desenvolvida.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura moderna. Diversidade arquitetônica. Plano de ação.

ABSTRACT

The implementation of the Action Plan to the management of Governor Carvalho Pinto in the State of São Paulo (1959-1963) had a profound impact on the public administration and on the dissemination and affirmation of modern architecture, especially in the countryside of the State, with the production of more than 1,000 public facilities. Before the introduction of the Action Plan, the public works had been designed mostly by Department of Public Works using an eclectic, neocolonial architecture, or with an indeterminable concept of architecture. The Action Plan works were implemented in a period of wide acceptance of Modern Architecture and one year before the inauguration of Brasília. Also, those works represented an alignment of the public production of São Paulo with the general architectural production and were not restricted to replicating previously established and existing solutions. The architectural speculation promoted and stimulated by the PAGE allowed for a set of conceptions that renewed the proposition of the public dimension of urban equipment through a significant architectural plurality. This production emphasized the social dimension of modern architecture itself and served as the terrain on which the trend known as the "School of São Paulo" flourished as one of the expressions of its architectural plurality.

KEYWORDS: Modern architecture. Architectural diversity. Action Plan.

INTRODUÇÃO

ATÉ 1959, OS EDIFÍCIOS dos equipamentos públicos produzidos pelo Governo do Estado de São Paulo, com raras exceções, eram de extração arquitetônica eclética, neocolonial ou ainda de uma arquitetura convencional de difícil classificação, sobretudo, não eram edificações projetadas a partir das concepções modernas. Isso, mesmo em um período no qual a arquitetura moderna brasileira já era hegemônica no país, reconhecida no exterior e um ano antes da inauguração de Brasília. Apenas com o Plano de Ação (PAGE) do Governo do Estado de São Paulo – gestão Carvalho Pinto de 1959 a 1963 a arquitetura moderna foi introduzida sistematicamente na produção dos equipamentos públicos no estado. Entretanto, esse fato é pouco conhecido. O Plano, sua importância e significados para a arquitetura moderna paulista e brasileira constituem os temas de investigação deste artigo.

O Plano de Ação possui uma trajetória interessante. Pode ser caracterizado como uma experiência inovadora, em termos de planejamento de governo, associada a outras do período Pós-Segunda Guerra, como os Planos de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (SALTE) e de Metas, ao mesmo tempo em que produziu um patrimônio arquitetônico moderno de grande qualidade, com mais de mil obras, e de consequências profundas para a arquitetura moderna brasileira². Várias de suas iniciativas permanecem presentes, ou foram sendo aperfeiçoadas, como o Fundo Estadual de Construção Escolar (FECE), o Fundo de Construção da Cidade Universitária (FCUASO)³, dentre outras, marcando a administração pública no Estado, quanto a sua estrutura e quanto aos procedimentos de trabalho.

Entretanto, talvez fosse mais correto dizer que o desconhecimento a seu respeito é o que há de mais significativo, tornando mais intrigante seu caso. Na verdade, pode-se dizer que o PAGE constitui uma lacuna historiográfica. Apenas o “Livro Planejamento no Brasil” organizado por Betty Mindlin, tem um capítulo “A Experiência Regional de Planejamento”, de José Roberto Mendonça de Barros (BARROS, 1974), dedicado às experiências regionais pioneiras de Planejamento no Brasil, no qual o PAGE é analisado como um dos 2 episódios de planejamento regional, sendo o outro a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)⁴.

No âmbito da história da arquitetura pública produzida pelo Estado, há, a partir de 2007, uma tese e duas dissertações, além de alguns artigos publicados em periódicos, ou apresentados em eventos acadêmicos, abordando de que forma o PAGE contribuiu à difusão e afirmação da arquitetura moderna⁵. Entretanto, ainda permanece certo desconhecimento do Plano e do seu significado para o modernismo local. Deve-se ressaltar que, a produção arquitetônica estatal, como um todo, também é desconhecida, ou pouco investigada. As obras públicas no Estado constituem um patrimônio arquitetônico pouco estudado. No caso do PAGE, a lacuna historiográfica, deu-se em relação à sua

produção moderna, ao desconhecer a ruptura que propiciou com a introdução efetiva da linguagem moderna na concepção dos próprios do estado, a partir de 1959, tanto em termos qualitativos, como quantitativos.

O GOVERNO CARVALHO PINTO E O PLANO DE AÇÃO

As profundas modificações estruturais da economia brasileira nos anos 50, o salto a um novo ciclo de acumulação e o novo papel do estado nesse ciclo constituem o pano de fundo do governo Carvalho Pinto (KUGELMAS, 1985, p. 35).

No início do seu mandato, Carvalho Pinto (janeiro/1959-janeiro/1963), instituiu o Plano de Ação do Governo do Estado, PAGE, por meio do Decreto nº34.656, de 12/02/1959, cujo texto informava o objetivo de levar o progresso ao conjunto do Estado com a implantação de infraestrutura, construção de serviços e equipamentos sociais (SÃO PAULO, 1959a). Também constituía junto ao Gabinete do Governador um Grupo de Planejamento (GP) que deveria apresentar em 90 dias um Plano de Ação do Governo do Estado, sendo responsável por sua implantação e gestão.

Plínio Soares de Arruda Sampaio foi designado Coordenador do GP, abaixo deste, foi criado outro órgão o Grupo Técnico do PAGE (GT), encarregado de fazer a mediação entre o Grupo de Planejamento e as secretarias, ou seja, entre a estrutura *ad hoc* de governo e a estrutura estatal existente. Quanto aos resultados, pode-se ter uma ideia a partir da mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961, por ocasião do balanço dos 2 primeiros anos de governo. Nela relata-se os fundamentos políticos dos objetivos previstos pelo Plano e parte de suas realizações, em que pese o tom e conteúdo oficial do informe:

Ao elaborar o Plano de Ação quis fazer dele também o instrumento da elevação das condições de vida das populações interioranas – relegadas até há poucos anos ao abandono – precisamente pelo fato de reconhecer, como já declarei, as disparidades de que se assinala no progresso de São Paulo pelo gigantismo das áreas metropolitanas em confronto com o atraso do campo [...].

A verdade é que, desprovido, em outros tempos de quase todos os recursos, o interior do Estado se transformou rapidamente graças às obras do Plano de Ação [...] energia, ferrovia, rodovias, aeroportos, navegação; obras públicas são os empreendimentos relacionados com a instalação dos estabelecimentos de ensino, de hospitais, de instituições penais, de casas de detenção, de unidades sanitárias, de casas de lavoura, de armazéns de abastecimento de água e com os serviços de esgoto.

[...] O Plano de Ação é assim, [...] um instrumento de humanização social do nosso Estado (SÃO PAULO, 1961, não paginado).

Ainda que a justificativa para o Plano tivesse como ideário a correção dos problemas de um desenvolvimento desordenado que gerava um desequilíbrio entre a capital e o interior, a extensão das áreas de atuação indica uma reestruturação do conjunto do território do Estado. A articulação entre os investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos sugere uma amplitude típica de um planejamento territorial, ainda que uma estrutura clara para tanto não tenha sido implantada. De todo modo, é interessante notar como as ações de planejamento econômico eram articuladas, ou pelo menos pensadas, junto com ações sociais e redes de equipamentos públicos.

O final do trecho citado fornece pistas da estrutura e teleologia do PAGE, que levam ao pensamento renovador cristão trazido pelo Padre francês Louis Joseph Lebreton ao Brasil nos anos 1950. Ele influenciou o Partido Democrata Cristão Brasileiro (PDC), ao qual Carvalho Pinto era filiado, assim como as organizações criadas pelo PDC, Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). Conforme informou Plínio de Arruda Sampaio, em entrevista:

O Lebreton é um padre dominicano uma figura muito especial é inclusive o homem, que redigiu a Encíclica Popular no Congresso. Ligadíssimo ao João XXIII. Ele foi capitão da marinha francesa. E depois da guerra ele se converteu ao catolicismo. Acabou frade dominicano. E ele tinha uma teoria chamada de economia humana, economia das necessidades. Que não era economia socialista, nem capitalista. Nós éramos católicos. Mas nós não éramos convencionais. Nós éramos da estação popular, gostávamos do povo e ele nos ofereceu um norte naquele tempo (SAMPAIO, 2007, informação verbal)⁶.

Como vários profissionais recém-formados antes do PAGE, Sampaio havia estabelecido contato com Lebreton por meio da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanografia Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), introdutória dos fundamentos da doutrina Econômica e do Humanismo em pesquisas sociais no Brasil.

O pensamento de Lebreton estava inscrito no PAGE, nas ações e no discurso que as justificavam, como observado neste trecho da mensagem citada: “Lícito seria dizer que começaram a ser visíveis os frutos do desenvolvimento e que o Homem pode investir, substancialmente, para aumentar seu próprio ‘bem-estar’” [...] (SÃO PAULO, 1961, não paginado).

É significativo verificar que a componente econômica não era tratada de forma autônoma. O desenvolvimento das regiões deveria se ajustar a uma evolução do bem-estar social. Porém, isso se daria sob uma perspectiva “moderada”, afinada com o pensamento político moderado de Carvalho Pinto, conforme informou Sampaio (2007).

PAGE: ESTRUTURA E ATUAÇÃO

As iniciativas do Plano ganharam densidade com a implantação do Planejamento-Orçamento, como técnica administrativa “que presidiu à sua feitura [do Plano] e o sistema do seu funcionamento como programa de investimentos

[articulava] o estudo de disponibilidades financeiras, mediante o processo de planejamento-orçamento, [...] selecionado os objetivos e escalonado sua execução” (SÃO PAULO, 1962a, p. 5). Para Sampaio, o planejamento-orçamento:

[...] consiste na reunião de duas técnicas distintas, mas realmente indissociáveis: o denominado processo de planejamento-orçamento. Planejamento como meio de selecionar objetivos e de disciplinar o modo de atingi-los – portanto, como instrumento que fornece ao Governo elementos necessários à fixação e execução de um programa de trabalho; orçamento, como plano destinado a financiar esse programa de trabalho (SAMPAIO, 2007, informação verbal).

O “planejamento-orçamento” visava garantir a execução dos empreendimentos e serviços sem interrupções, tendo sua distribuição e revisão avaliada em período anual.

O sucesso desse planejamento, deve-se ao fato de que, pela primeira (e talvez a única) vez na história política do Estado e do País, junto com a aprovação do PAGE, Carvalho Pinto obteve também a aprovação do Plano Orçamentário Plurianual (PPA), que permitiu ao Executivo implementar suas metas sem outras negociações com o Legislativo. A quadrianualidade conquistada, asseguraria a continuidade orçamentária dos trabalhos sem a utilização de créditos adicionais. Sobre a necessidade da revisão anual, Sampaio (2007) relatou:

[...] para poder funcionar o Plano, nós fizemos o primeiro orçamento plurianual do Brasil. O Carvalho Pinto disse: – Para a gente garantir o preço e que não tenha reajuste, eu preciso ter o orçamento inteiro. Se a obra começa agora em setembro e acabar no ano que vem e em setembro, eu preciso votar o orçamento de novo; o ‘cara’ não é louco de dar um novo preço, ele tem o direito de reajuste. Quando chegar setembro, para que ele receba tudo, é preciso que o dinheiro esteja livre. Então vamos separar a verba de capital que será de quatro anos e a verba de manutenção que será de ano a ano (SAMPAIO, 2007, informação verbal).

A aprovação do PPA, foi alvo de acirrada disputa. Com grande resistência da oposição, para quem a aprovação do orçamento seria como passar um cheque em branco ao governo estadual por quatro anos, em 31 de outubro de 1959, na prática, com várias iniciativas do Plano já em andamento, a mensagem foi aprovada e transformou-se na lei nº5.444, de 17 de novembro de 1959 (SÃO PAULO, 1959b).

Além da implementação do processo de Planejamento-orçamento e da sua tradução em termos do PPA, a captação de recursos financeiros para a execução da receita orçamentária e, conseqüentemente, a realização de obras e serviços estabelecidos foi uma das principais proposições da atuação do Grupo de Planejamento. Para tanto, foram recorridos como agentes financeiros os bancos estatais e o Instituto de Previdência do Estado (IPESP). Para incentivar setores determinados, foram criados fundos financeiros específicos e fundações com dotações orçamentárias próprias, a saber: Fundo Estadual

de Construções Escolares (já citado), Fundo de Expansão Agropecuária, Financiamento da Indústria de Bens de Produção e Fundo de Expansão da Indústria de Base⁷. Para Sampaio (2007, informação verbal):

Os Fundos eram uma espécie de BNDES de São Paulo. Criamos o Fundo Agropecuário, o Fundo de Apoio à Pequena e Média Indústria e o Fundo de Expansão da Indústria Básica de São Paulo, que deram uma musculatura espantosa ao Estado.

Para atender as necessidades básicas de infraestrutura, o PAGE abarcava: sistema de água e esgoto, energia, ferrovias, pontes municipais, aeroportos, portos e navegação; para expansão agrícola: fomento agrícola, armazenagem e silagem, abastecimento, rede de experimentação e fomento agropecuário.

LEGADOS E PROCEDIMENTOS DO PLANO DE AÇÃO

Os legados do PAGE foram vários, desde processos de planejamento, que foram incorporados e aperfeiçoados, passando pela criação de vários organismos de obras. Além dos citados Fundo de Expansão Agropecuária, FECE e do FCCUASO, que permitiu implantar efetivamente a Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, com a construção de várias unidades novas⁸. No campo da infraestrutura energética, que era estratégico quanto ao desenvolvimento industrial, o PAGE iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de Urubupungá, e realizou as obras das usinas de Limoeiro, Euclides da Cunha, Barra Bonita, Jurumirim, Bariri, Graminha e Xavantes. Criou também a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, para organizar um Centro Estadual de Abastecimento para a área metropolitana da capital, atual CEAGESP.

Em termos de organização e fomento de um sistema de pesquisa, o PAGE criou a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). A demanda pela sua criação já existia há algum tempo, mas o mérito do PAGE foi, justamente, ter implementado um anseio que parecia destinado a ficar engavetado⁹.

Em termos econômicos o PAGE, enquadrava-se nas orientações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁰, mas não deixava de ter forte influência, o que não era contraditório, com a orientação do economista John Maynard Keynes. Mesmo não tendo uma abrangência macroeconômica, mas tendo como referência a intervenção do estado na economia, a linha econômica de Keynes fazia-se representar e, de forma interessante, associada à orientação de Lebert. Sobre essa questão, Sampaio (2007) informou: “Era um programa keynesiano, o Diogo tinha um retrato de Keynes na sala dele, era um apaixonado. Era uma intervenção keynesiana para corrigir previamente os perigos de um estancamento da economia paulista”¹¹.

O PAGE E AS DEMANDAS ATENDIDAS DAS SECRETARIAS DO GOVERNO ESTADUAL

Grande parte das obras do Plano tiveram financiamento do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), artifício já utilizado em pequena

escala na gestão anterior de Jânio Quadros (1955-1959). O papel do IPESP, também foi estendido para contratar projetos junto a profissionais de fora do quadro funcional do estado, o que foi fundamental para a construção de edificações modernas. O Decreto que criou o PAGE previa essa possibilidade: “Para o cumprimento de suas atribuições, poderá o G. P., na forma legal, pro- por o contrato de serviços com organizações ou entidades especializadas” (SÃO PAULO, 1959a, não paginado). O IPESP foi aparelhado para contratar projetos e acompanhar obras. A contratação de projetos obedecia às expectativas de representação simbólica da modernização e da modernidade que a arquitetura moderna facultava. A contratação de arquitetos passou pelo crivo do Departa- mento Estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Na ata da Assembleia de 8 de outubro de 1959 a entidade discutiu e posicionou-se em relação ao convite que o IPESP vinha fazendo a arquitetos para confecção de projetos de equipamentos públicos. Além da remuneração, considerada abaixo da tabela de honorários da entidade, a discussão ganhou corpo em torno da correção ou não do estado contratar arquitetos para realizar o que o quadro técnico dos órgãos públicos deveria fazê-lo. A discussão pautava-se pelo significado cultu- ral da participação dos arquitetos (autônomos ou de pequenos escritórios) em projetos de obras públicas, derivando para o perigo do desmonte da máquina pública. Apesar das posições parecerem extremadas, uma proposta de Vilanova Artigas e Carneiro Vianna foi aceita por unanimidade, e aprovada sob a forma de moção, e afirmava:

A assembleia autoriza a diretoria do IAB a promover junto aos órgãos do governo os entendimentos necessários para ampliar cada vez mais as medidas que vem sendo tomadas no sentido de empregando o esforço criador dos arquitetos paulistas nas obras públicas comunicar-lhes o sig- nificado cultural da Arquitetura Brasileira e encarecer a necessidade do governo se aparelhar de uma equipe de técnicos capaz de levar a bom termo o planejamento de suas obras (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1959, p. 92).

A proposta secundarizava a questão da remuneração, garantia a participação dos arquitetos de fora do serviço público, em projetos para o estado e manifestava-se a favor de um aparelhamento técnico, por parte do mesmo estado.

A contratação de projetos junto aos profissionais liberais e escritórios permitiu ao PAGE introduzir a linguagem moderna na produção de equipa- mentos públicos. Mas o antigo Departamento de Obras e Projetos do Estado (DOP), que projetava os edifícios ecléticos e neocoloniais anteriores, também conheceu uma modernização na organização do seu trabalho e, além disso, viria a desenvolver projetos de extração moderna. Ainda que o aporte de recursos do IPESP (e do Banco do Estado de São Paulo) estivesse previsto no Decreto, recursos próprios do estado contrataram várias obras, principalmente as projetadas pelo DOP.

As qualidades formais e simbólicas das obras modernas, que amalgamavam desenvolvimentismo e modernismo, solicitavam a adoção da arquitetura que naquele momento já tinha “feito história” e que Brasília tornava inequívoca: “[...] *era óbvio que tinha que ser moderno. Nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a ideia e eles todos eram ligados a isso, tinham acabado de sair da arquitetura. [...] todo mundo achava muito bonito, nós recebemos muitos elogios*” (SAMPAIO, 2007, informação verbal).

A participação dos arquitetos modernos permitiu uma renovação sem precedentes nas concepções arquitetônicas dos equipamentos públicos, marcando profundamente o modernismo brasileiro com aquilo que era constitutivo do modernismo na sua origem após a Primeira Guerra Mundial, ou seja, sua dimensão social.

O Plano de Ação é em grande parte coetâneo com o Plano de Metas e com as políticas e concepções desenvolvimentistas, coexistindo, também, com o Plano de Reformas de Base do Presidente João Goulart (1961-1964). A ideia de um Plano dirigido pelo Estado para o desenvolvimento do país, isto é, um plano de caráter intervencionista, era uma das concepções presentes no debate nacional e, como visto, alimentou o PAGE. Para Oscar Niemeyer, havia uma conexão entre o conservadorismo político e a impossibilidade de uma atuação social por parte dos arquitetos. No artigo “Problemas Atuais da Arquitetura Brasileira”, afirmou:

A nossa arquitetura Moderna, tem certamente na falta de conteúdo humano a principal razão das suas deficiências, refletindo – como não poderia deixar de fazê-lo – o regime de contradições sociais em que vivemos e no qual ela se desenvolveu. Tivesse surgido em país socialmente organizado e evoluído, onde pudesse atingir o seu verdadeiro objetivo – que é servir a coletividade – e, aí, então, encontraria na grandeza dos planos coletivos e na indústria poderosa que os apoiasse, o sentido humano e a unidade arquitetônica de que hoje carece (NIEMEYER, 1980, p. 53).

Completando, asseverava que: “Não ocorria nenhuma diferença quanto às encomendas arquitetônicas advindas dos vários níveis de governo, pois lhes faltaria um *plano de caráter, nacional ou de construção em massa*”, (NIEMEYER, 1980, p. 53, grifo nosso) que tivesse como objetivo atender às carências sociais.

Deixando de lado possíveis críticas a fala de Niemeyer, o que interessa enfatizar, nesse momento, é que o Plano de Ação, em termos estaduais, foi interpretado pelos arquitetos como um Plano de caráter social e, nesse sentido, aberto às elaborações arquitetônicas para um coletivo, em grande parte excluído da arquitetura moderna brasileira. A interação entre o Plano, dimensão social e arquitetura moderna gerou um processo de desenvolvimento arquitetônico com características únicas até então, que marcou a arquitetura moderna dali em diante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DIVERSIDADE ARQUITETÔNICA E A ESCOLA PAULISTA, LEGADOS DO PAGE

Além de atualizar a linguagem dos equipamentos públicos do Estado de São Paulo, introduzindo a arquitetura moderna de forma sistemática nas elaborações projetuais, o que por si já representa um fato notório, tal introdução revela algumas questões muito importantes para o modernismo brasileiro.

Os arquitetos que projetaram para o PAGE integram uma lista expressiva de mais de 160 nomes, como: Abelardo de Souza, Abelardo Gomes de Abreu, Abelardo Reidy de Souza, Abrahão Sanovicz, Adolfo Ortenblat Filho, Adolpho Rubio Morales, Afonso Eduardo Reidy, Alberto Daniel, Moreira Andrade, Alberto Rubens Botti, Alfredo Paesani, Ari de Queiroz Barros, Ariosto Mila, Arnaldo Furquim Paoliello, Arnaldo Grostein, Arthur Fajardo Netto, Ayako Nishikawa, Bernardo José Castelo Branco, Carlos Barja Millan, Candido Malta Campos Filho, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Carlos Benvenuto Fongaro, Carlos Cascaldi, Carlos Gomes e Cardim, Dácio Ottoni, Dante de Souza Pereira Autuori, Dario Montesano, David Araújo Benedito Ottoni, Décio Tozzi, Djalma Macedo Soares, Dora Aksenfeld, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, Elisário Cunha Bahiana, Enéas Fernandes de Carvalho, Ernesto Varga Cardoso, Fábio Arantes S. Aquino Leme, Fábio Eduardo Kok de Sá Moreira, Fabio Moura Penteado, Feitor Ferreira de Souza, Fernando Augusto Senna Arantes, Francisco A. Saraiva Farnniele, Francisco Petracco, Galjaro Chanpaglia, Giancarlo Gasperini, Giancarlo Palanti, Gilberto Junqueira Caldas, Gilberto Othoniel Toni, Gregório Zolko, Hamilton M. de Campos, Heinz Toland Weder, Heitor Ferreira de Souza, Hélio de Queiroz Duarte, Hélio Pasta, Hélio Penteado, Helmut Hein, Henrique Signore Sadocco, Hernani Russo, Hirohiko Sawao, Hiroko Kawauchi, Hoover Américo Sampaio, Icaro de Castro Mello, Israel Galman, Jacob Maurício Ruchti, Jaguanhara de Toledo Ramos, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, Janusz Wlodzimierz Wojdyslawski, Jarbas B. Karman, Jerônimo Esteves Bonilha, João Batista Alves Xavier, João Carlos Bross, João Clodomiro de Abreu, João Francisco Portilho de Andrade, João Marino, João Batista Vilanova Artigas, João Walter Toscano, João Xavier, Joaquim Guedes Sobrinho, Joel Ramalho Júnior, Jorge Nomura, Jorge Wilhelm, Jorge Zalszupin, José Caetano de Mello Filho, José Luiz Fleury de Oliveira, José Maria Gandolfo, José Maria Monfort, José Pinto, José Roberto Martins, Jose Silvestre Viana Egrecia, Julio José Franco Neves, Júlio Roberto Katinsky, Kurt Holland, Leo Ribeiro de Moraes, Lucio Grinover, Lucjan Korngold, Luis Fernandes A. Moraes, Luis Porto Netto, Luiz Contrucci, Luiz Forte Neto, Luiz Pessoa Ortiz, Majer Botkowski, Marc Rubin, Marcelo Accioly Fralli, Marcos Monlevar Tomaniuk, Mário Simons Barbosa, Mario Zocchio, Maurício Nogueira Lima, Maurício Tuck Schneider, Miranda Martinelli Magnolli, Nelson A.M. Morse, Nestor Linderberg, Ney de Carvalho Marcondes, Oscar Panzoldo, Oswaldo Arthur Bratke, Oswaldo Correa Gonçalves, Otacílio Rodrigues Lima, Paulo Eduardo Martins de Oliveira, Paulo Floriano de Toledo, Paulo Renan,

QUADRO 1 – Listagem das cidades onde foram implantadas obras do Plano de Ação.

Adamantina, Águas de São Pedro, Agudos, Alto Alegre, Álvares Machado, Alto Alegre, Alvinlândia, Americana, Amparo, Andradina, Aparecida, Apiaí, Araçatuba, Araras, Artur Nogueira, Arujá, Assis, Atibaia, Aurifloma, Avaré, Barretos, Barueri, Bauru, Bebedouro, Bento de Abreu, Bernardino de Campos, Bilac, Birigui, Bocaina, Botucatu, Caçapava, Cachoeira Paulista, Caieiras, Cajobi, Cajuru, Campinas, Campos do Jordão, Candido Mota, Caraguatatuba, Cedral, Cerquilha, Charqueada, Chavantes, Colina, Conchal, Cosmorama, Cunha, Dois Córregos, Dracena, Duartina, Estrela D'Oeste, Flórida Paulista, Franca, Franco da Rocha, Gália, Graça, General Salgado, Guapiaçú, Guará, Guarujá, Guarulhos, Herculândia, Ibiúna, Icem, Iepê, Igarapava, Indaiatuba, Núbia Paulista, Ipaçu, Iracemápolis, Irapuru, Itaberá, Itanhaém, Itapeverica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itaporanga, Itaquaquetuba, Itararé, Itariri, Itu, Ituverava, Jaboticabal, Jacaré, Jaguariúna, Jundiá, Laranjal Paulista, Lavínia, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Lorena, Lucélia, Macaúbal, Marabá Paulista, Maracá, Marília, Mauá, Miracatú, Mirante do Paranapanema, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Mogi-Guaçu, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Monte Castelo, Muringa do Sul, Nova Granada, Novo Horizonte, Ocaçu, Óleo, Orândia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Ourinhos, Pacaembu, Paraguaçu Paulista, Parapuã, Patrocínio Paulista, Paulo de Faria, Pedreira, Pereira Barreto, Pindorama, Piquete, Piracicaba, Pirajuí, Pirapozinho, Pirassununga, Pitangueiras, Pompéia, Pontal, Porongaba, Porto Feliz, Presidente Bernardes, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Wenceslau, Promissão, Queluz, Quintana, Rancharia, Ribeirão dos Índios, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio das Pedras, Sagres, Salesópolis, Salto Grande, Santa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Isabel, Santa Mercedes, Santa Rosa do Viterbo, Santo Anastácio, Santo André, Santo Antônio da Posse, Santos, São Bernardo do Sampo, São Caetano do Sul, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, São Simão, Sertãozinho, Sete Barras, Silveiras, Socorro, Sorocaba, Sud Mennúci, Suzano, Tanabi, Taquaritinga, Taubaté, Tupã, Tupi Paulista, Valinhos, Vargem Grande do Sul, Vera Cruz, Vinhedo, Votuporanga etc.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018), com base na pesquisa realizada.

Paulo Renan Nemedé, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Plínio Croce, Renato Alessandri, Ricardo Sievers, Rita Olmo, Roberto Bratke, Roberto Cláudio dos Santos Aflalo, Roberto Gabriel Maurício Gontier, Roberto José Goulart Tibau, Roberto Monteiro, Rodolpho Ortemblad Filho, Rodrigues de Lima, Roger Henri Wailer, Roger Zmekhol, Romeu Thomé da Silva, Rodolpho Ortenblad Filho, Ronaldo Dumani, Rino Levi, Rosa Grená Kliass, Rubens G. Carneiro Vianna, Rubens Cezar Madureira Cardieri, Rubens Monteiro, Salvador Candia, Samuel Szpigel, Sérgio Teperman, Setsuo Kamada, Sliógenes Vieira Negrão, Sliomar Selter, Teodoro Castro Mello, Ubaldo Carpigiani, Ubirajara Gonçalves Gilioli, Ubirajara Mota Lima Ribeiro, Victor Reif, Walter S. Kneese, Wladimir Kliass, Zenon Lotufo, Zilah Terezinha Castrucci Tambasco etc.

Esses arquitetos projetaram obras em mais de 275 municípios (*Quadro 1*), sendo várias paradigmáticas da arquitetura moderna brasileira, como: a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo (*Figura 1*); os Ginásios de Itanhaém (*Figura 2*), Guarulhos e Utinga, o Fórum de Promissão (Artigas e Cascaldi); Ginásios de Campinas, S. Bernardo do Campo e S. José dos Campos, Fórum de Avaré (Paulo M. da Rocha e Genaro), (*Figura 3*); o Depto. História e Geografia FFLCH USP (Corona), (*Figura 4*); o Conjunto Residencial da Cidade Universitária (Kneese de Mello); os Fóruns de Itapira (Guedes), Socorro (Libeskind), Araras (Penteado), (*Figura 5*), e Piracicaba (única obra de Reidy em São Paulo); Marília (Candia), (*Figura 6*), Presidente. Prudente, (*Figura 7*), e Santos (Abreu); os Ginásios em São Carlos (Hollander), (*Figura 8*); dentre outras.

O PAGE, até agora, ainda não é reconhecido como um veículo de introdução (tardia) da linguagem moderna na concepção dos equipamentos públicos do Estado. Há, certamente, obras produzidas a partir do Plano que compõem na historiografia. Por exemplo, as obras de Artigas para o PAGE, a começar

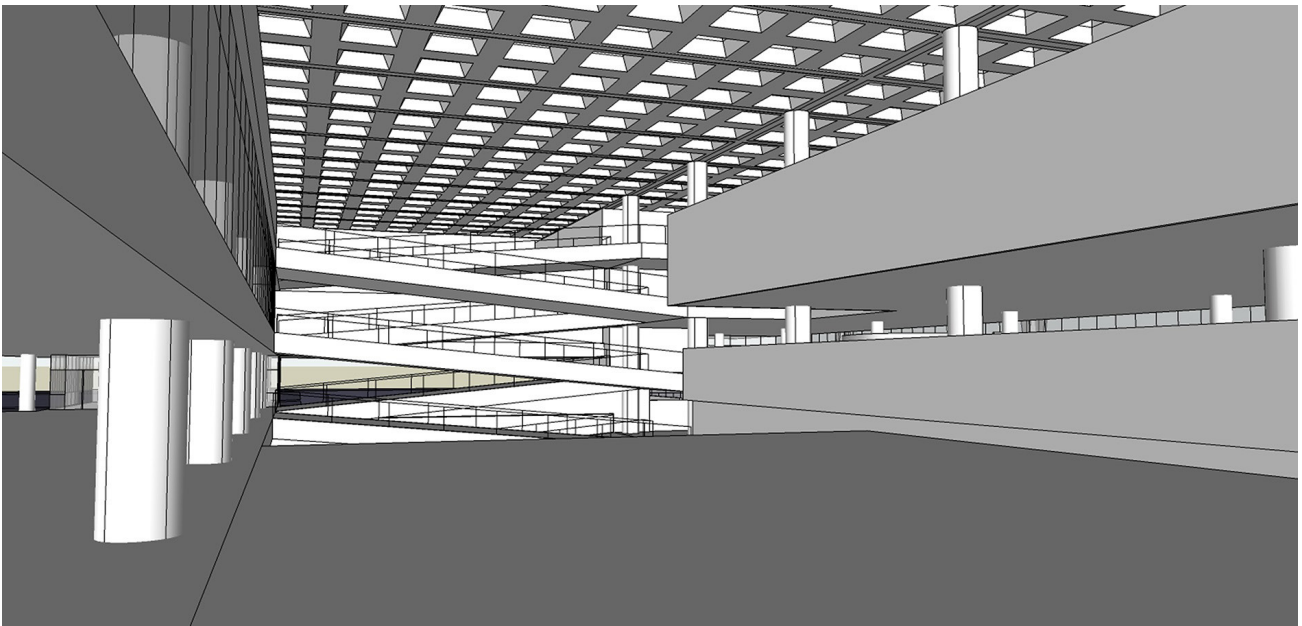


FIGURA 1 — João Batista Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, CUASO, São Paulo (SP), 1961.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea (ArtArqBr), coordenado pelo autor Miguel Buzzar (2016).

pela FAUUSP, tem o seu lugar na história da arquitetura moderna brasileira. Há, também, o sentido dessa produção, a dimensão social da arquitetura, na qual as escolas de Artigas e de outros arquitetos, sempre comparecem de forma emblemática, como já foi observado.

Entretanto, há uma dimensão ausente no entendimento das obras de Artigas, de Paulo Mendes da Rocha, de Fábio Penteadado, de Carlos B. Millan, e de vários outros arquitetos, que foi negligenciada pela historiografia. Se as residências projetadas por Artigas na segunda metade da década de 1950 conformaram o tipo arquitetônico que definiu a Escola Paulista, privilegiando a sala como espaço de convívio e formação, em detrimento dos espaços íntimos (como os quartos), a dimensão social aí pretendida, para além da família, só foi alcançada pelo PAGE. Foi por meio dos projetos escolares e dos seus pátios coletivos que organizam o conjunto dos ambientes das edificações e a renovação espacial dos Fóruns de Justiça, pensados como edifícios públicos, ligados continuamente a rua, formando um todo (público) e eliminando hierarquias

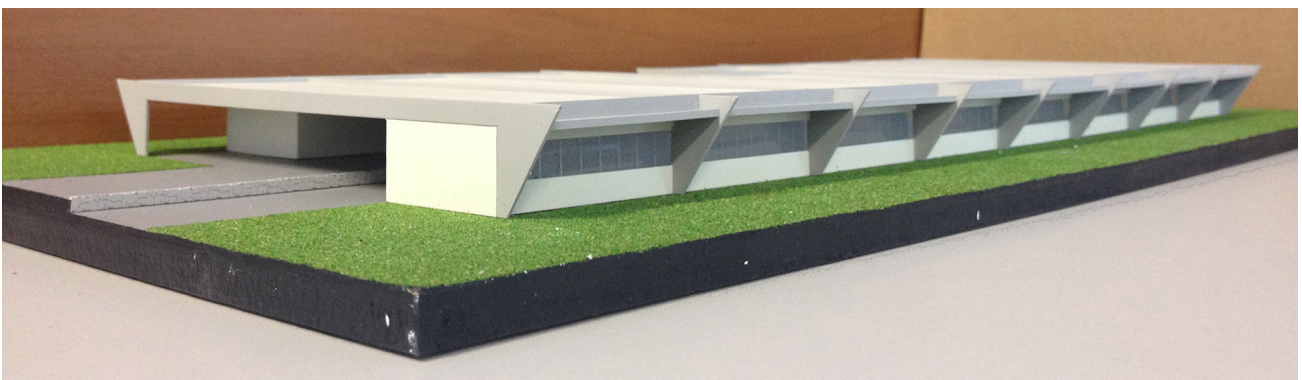


FIGURA 2 — João Batista Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, EE Prof. Jon Teodoro, [Ginásio de] Itanhaém (SP), 1961.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea (ArtArqBr), coordenado pelo autor Miguel Buzzar (2016).

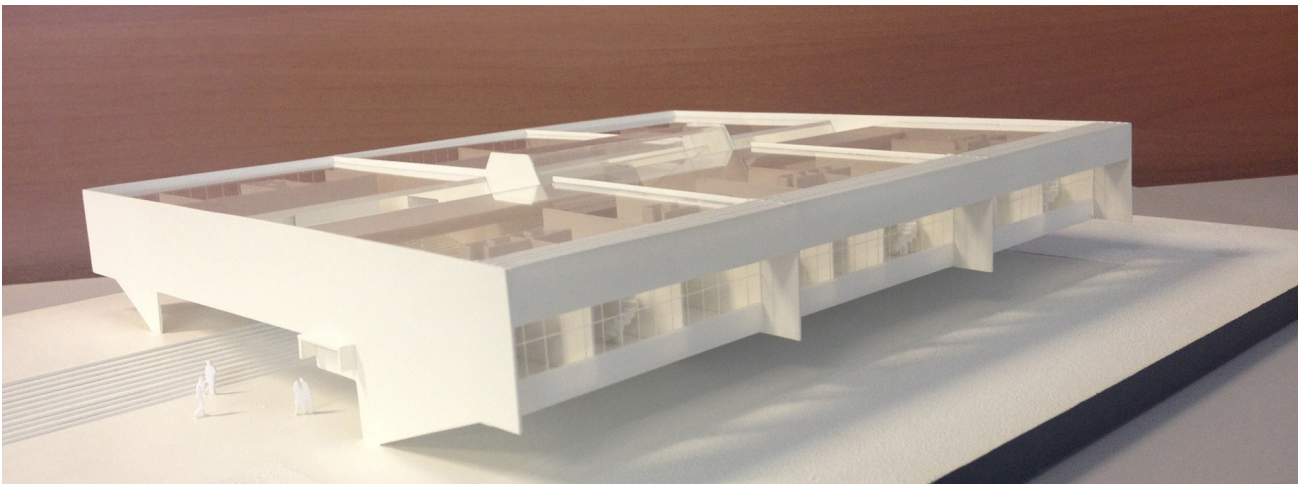


FIGURA 3 — Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro, Fórum de Avaré, Avaré (SP), 1962.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea (ArtArqBr), coordenado pelo autor Miguel Buzzar (2016).

espaciais, que a dimensão social dos edifícios de concreto da Escola Paulista firmaram o seu conteúdo social. Sem o PAGE, não haveria Escola Paulista assim como se conhece, não haveria o tipo de equipamento público, sobretudo, o edifício escolar que em grande parte redimiou a arquitetura moderna em São Paulo do distanciamento social de que era acusada a arquitetura moderna brasileira em geral.

O PAGE permitiu aos arquitetos que, ao invés de repetirem soluções já dadas, desenvolvessem novas propostas. Ainda que, a dimensão social pareça ter sido capturada pela Escola Paulista, essa, em termos gerais, foi um ganho para todas as linguagens arquitetônicas, o “desconhecimento” disso, decorre do desconhecimento maior sobre o PAGE e a presença moderna nele.

Afirmar que existiram várias linguagens arquitetônicas e que elas estavam presentes nos projetos do Plano, tem um aspecto muito importante.

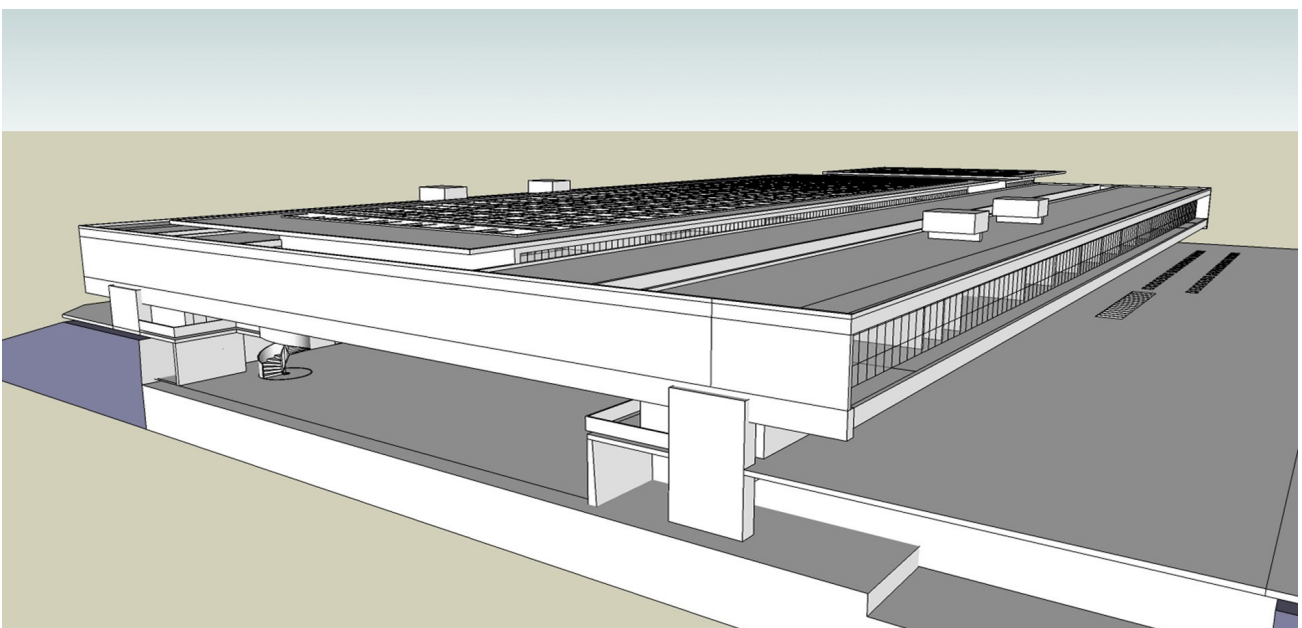
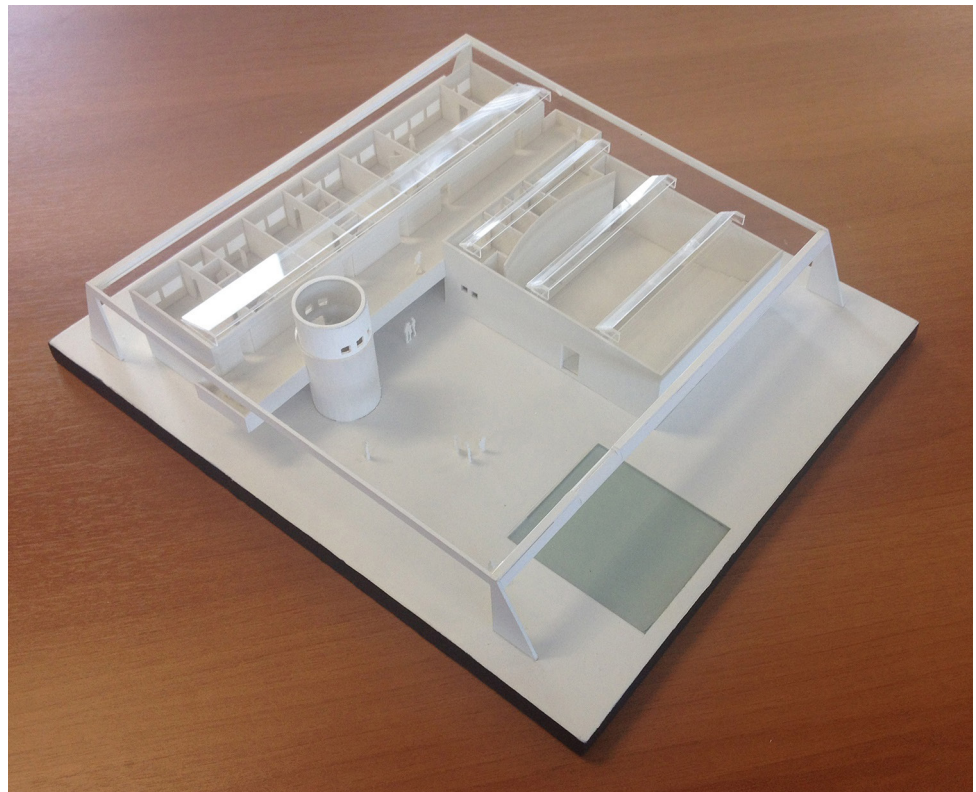


FIGURA 4 — Eduardo Corona. Depto. de História e Geografia FFLCH. Cidade Universitária Armando de Sales Oliveira (CUASO), São Paulo (SP), 1962.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea (ArtArqBr), coordenado pelo autor Miguel Buzzar (2016).

FIGURA 5 — Fabio Penteadó, Fórum de Araras, Araras (SP), 1959.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea (ArtArqBr), coordenado pelo autor Miguel Buzzar (2016).



Mesmo tendo a Escola Paulista aproveitado em seu próprio benefício do PAGE, para ajustar e ampliar seu conteúdo social, o que de fato ocorreu foi um grande desenvolvimento arquitetônico. As soluções e concepções são inúmeras, como podem ser verificadas no projeto citado de Salvador Candia, para o Ginásio de Marília, no qual o arquiteto aplicou seus procedimentos ao explorar os recursos e elementos modernos tencionando-os de forma a gerar composições

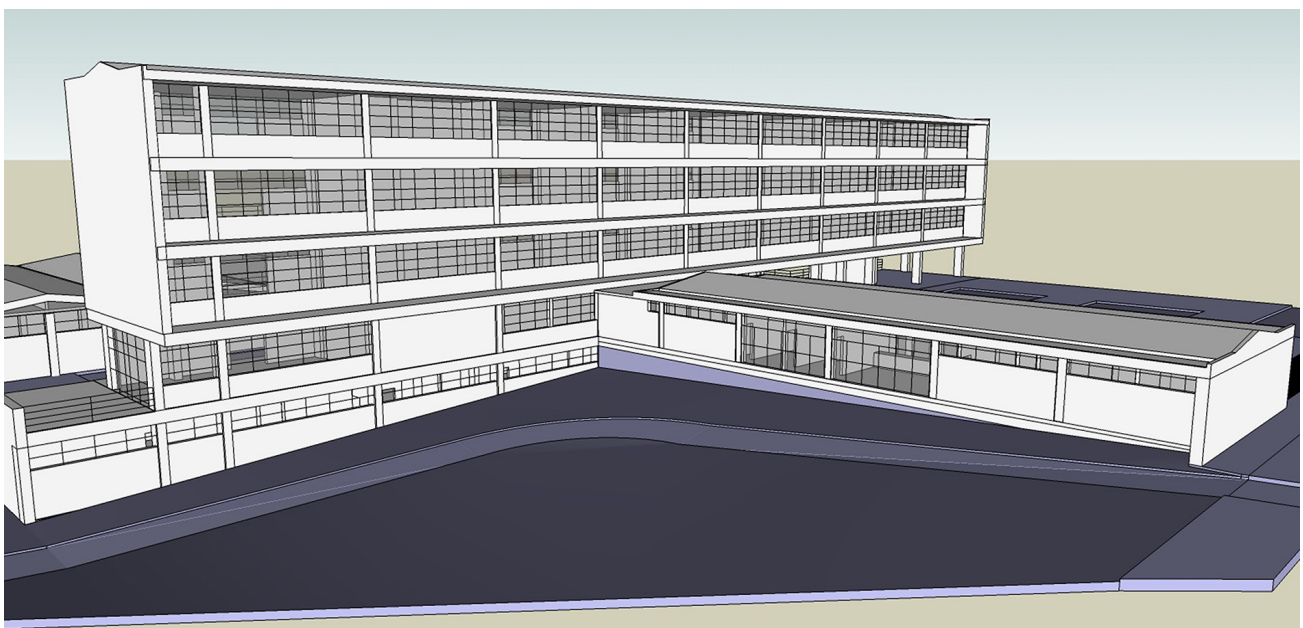


FIGURA 6 — Salvador Candia. EE Monsenhor Bicudo, [Ginásio de] Marília (SP), 1961.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea (ArtArqBr), coordenado pelo autor Miguel Buzzar (2016).

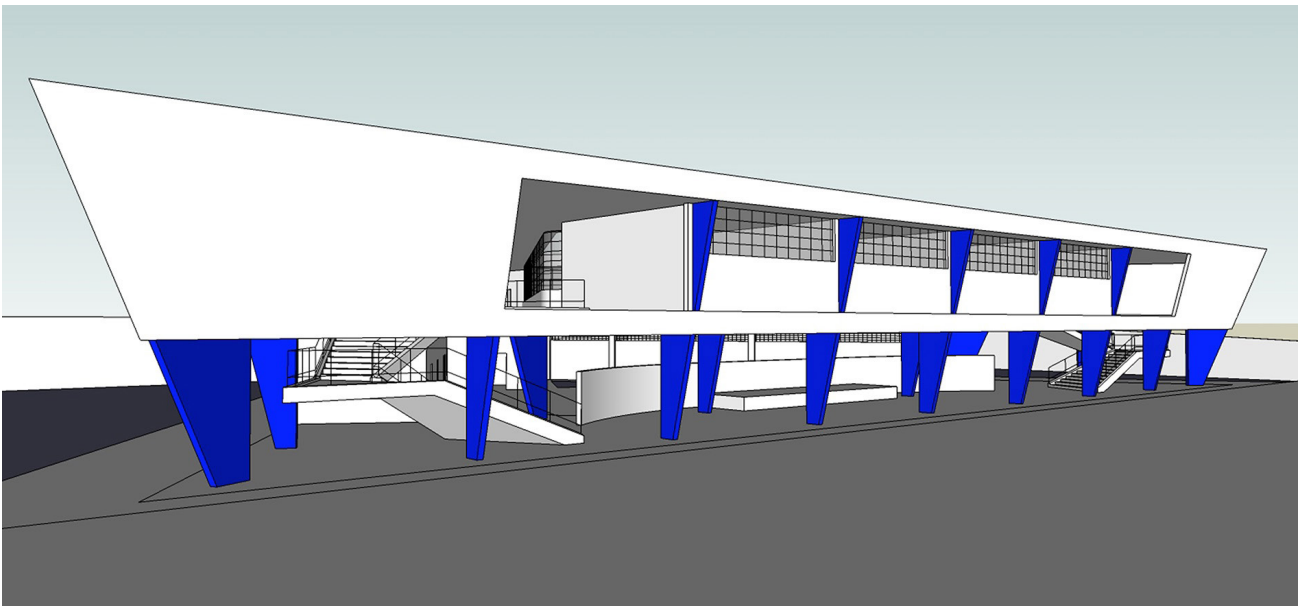


FIGURA 7 — João Clodomiro Browne de Abreu, EMEF Dr. João Franco de Godói, [Ginásio de] Presidente Prudente (SP), 1961.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea (ArtArqBr), coordenado pelo autor Miguel Buzzar (2016).

espaciais únicas. Além disso, nas duas escolas de Hollander, projetadas nas cidades de São Carlos e Aparecida do Norte, elas apresentam uma interlocução com as formulações de Neutra (1948) presente no livro “Arquitetura Social em países de clima quente”, e com as soluções presentes na *Corona School*, projetada em 1935, na Califórnia. Essa interlocução também pode ser verificada nos projetos de Kneese de Mello, para o Grupo Escolar de Reginópolis, e de Carlos Millan, para Grupo Escolar de Guedes de 1959, em Jaguariúna. Não obstante, ainda podem ser vistas nas duas escolas de João C. B. Abreu, localizadas em Presidente Prudente, 1961, e em Santos, 1962, nas quais o arquiteto investiga a liberdade formal que o modernismo brasileiro facultou desenvolver e pelo

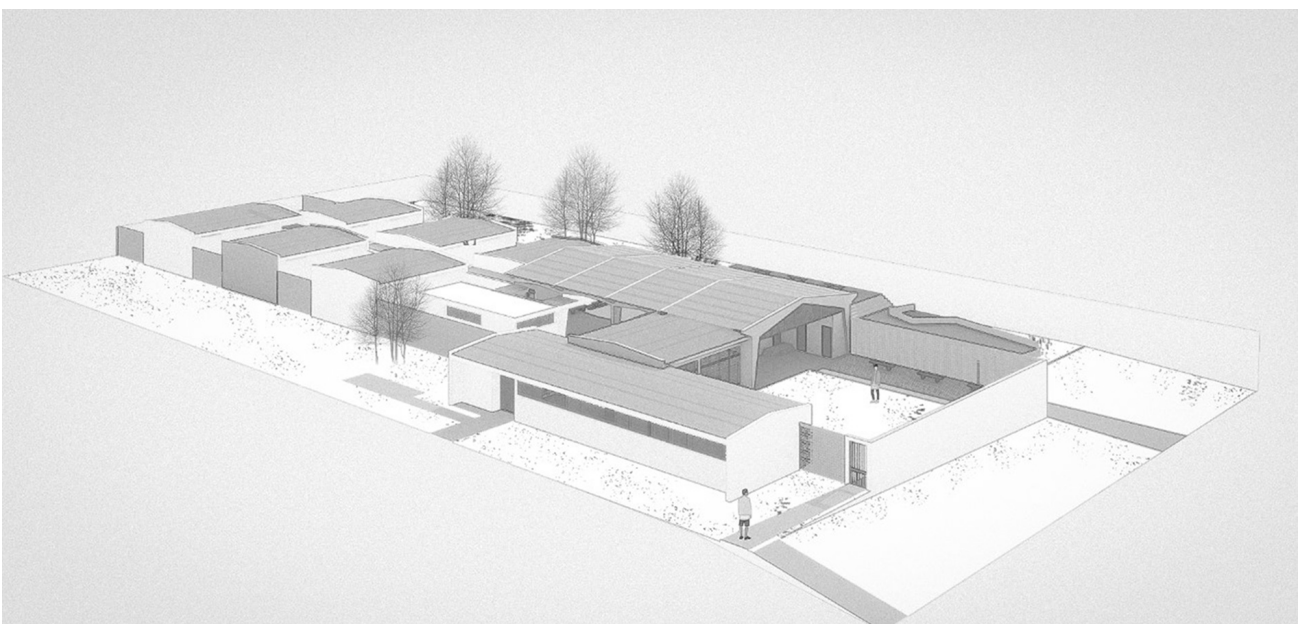


FIGURA 8 — Kurt Hollander, EE Prof. Antonio Adolfo Lobbe, [Ginásio de] São Carlos (SP), 1961.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea (ArtArqBr), coordenado pelo autor Miguel Buzzar (2016).

qual foi reconhecido. Por meio de arquitetos como Korngold e Palanti, as obras do PAGE, também, singraram os caminhos do diálogo crítico entre um repertório local, relativamente formado, e concepções constituídas em outros contextos culturais. Essas produções conformam apenas algumas das características e vertentes desenvolvidas durante o PAGE. Vertentes e características, que os limites deste texto introdutório não permitem desenvolver.

O expressivo número de arquitetos e o enfrentamento de programas sociais nas mais variadas cidades do interior, litoral e da Capital do Estado de São Paulo, contribuíram para respostas projetuais diversas. Mas isso de nada adiantaria caso o modernismo não fosse absorvido como um campo de exploração e de elaboração de soluções, concepções e linguagens. Esse entendimento por parte dos arquitetos modernos firmou a principal característica das obras do PAGE, sua pluralidade arquitetônica, que contribuiu decisivamente para moldar e ampliar a difusão e afirmação da arquitetura moderna no Estado de São Paulo.

NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da pesquisa intitulada "Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil: o patrimônio arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963)". Universidade de São Paulo, 2015.
Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa (Processo nº2011/51108-0, 2012/2014).
2. Instituído pelo governo de Eurico Gaspar Dutra [1946-1951], o Plano SALTE, composto pelas iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, tinha como objetivo melhorar o desenvolvimento desses setores. O Plano de Metas tinha como objetivo dar sustentação ao programa de governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Era constituído por 30 metas", divididas em: Setores da Energia (1 a 5), Setores do Transporte (6 a 12), Setores da Alimentação (13 a 18), Setor da Indústria de Base (19 a 29), Setor da Educação (30). Brasília representava a Meta síntese do plano.
3. O FECE e o FCCUASO foram estruturados através da Lei Estadual nº5.444, de 17.11.1959 (SÃO PAULO, 1959b), bem como a criação da Universidade de Campinas através da Lei Estadual nº7.655 em 28.12.1962, sendo que sua instalação ocorreu somente em 1966 (SÃO PAULO, 1962c). O FECE, depois CONESP, hoje é a Fundação para o Desenvolvimento Escolar (FDE) e o FCCUASO deu origem à atual Superintendência de Espaço Físico da USP.
4. Ver Barros (1974); de forma mais específica Tolentino (2011) apresenta e discute a política agrícola do PAGE e de forma breve, Kugelmas (1985) também o faz.
5. Para teses e dissertações sobre a temática, ver Cordido (2007), Alves (2008) e Lima (2013). Para artigos em eventos acadêmicos e publicações, ver Buzzar (2007); Buzzar, Simoni e Cordido (2008, 2014), Buzzar, Cordido e Simoni (2015), Buzzar *et al.* (2016a), Buzzar, Cordido e Camargo (2016).
6. Entrevista cedida ao Projeto Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil: o patrimônio arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) em maio de 2007. Ver: Buzzar, Cordido e Camargo (2015).

7. Atualmente o Fundo Agropecuário foi transformado no Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista. Os demais fundos foram, pode-se dizer, nacionalizados como ações do BNDES.
8. Obras projetadas pelo PAGE na Cidade Universitária/USP: Setor residencial por Eduardo Knesse de Mello e Joel Ramalho; Área esportiva por Ícaro de Castro Mello e Alfredo Paesani; Centro de Convivência por Nestor Lindenberg (parcialmente implantado); Centro Cultural por Oswaldo Arthur Bratke (não implantado – *n.i.*); Centro Social por Rino Levi (*n.i.*); Centro Social do setor tecnológico por Oswaldo Correa Gonçalves, Abrahão Sanovicz e Júlio Katinsky; Instituto de Eletrotécnica por Fábio Penteado, José Ribeiro e Stipan Milicic; Departamento de Eletricidade por Zenon Lotufo e Ubirajara Ribeiro; Departamento de Mecânica por Ariaki Kato e Ernesto C. Mange; Departamento de Metalurgia por Oswaldo Bratke; Departamento de Geologia e Minas por Oswaldo Bratke; Laboratório de Hidráulica - Ariosto Mila e João Cacciola; Setor de Física por Oswaldo Correa Gonçalves, João Clodomiro B. de Abreu, Ubirajara Giglioli, Renato Luiz Martins Nunes e Gesel Himmelstein; Setor Biológico e Instituto Butantã por Jorge Wilhelm; Julio José Franco Neves, Luis Carlos Anthony, Maurício Tuck Schneider; Rodolpho Ortenblad Filho, Rubens Carneiro Viana, Mário Rosa Soares e Rogelio Gutierrez; Setor de Químicas por Alberto Daniel; Setor de Ciências Políticas Sociais e Humanas - Departamento de Letras por Carlos Millan (*n.i.*); Departamento de História e Geografia por Eduardo Corona; Departamento de Geologia, Paleontologia, Minerologia e Petrologia: Pedro Paulo de Mello Saraiva; Departamento de Sociologia, Antropologia, Economia Política e História das Doutrina: Paulo Mendes da Rocha; Departamento de Matemática e Estatística (*n.i.*); Joaquim Guedes (*n.i.*); Faculdade de Arquitetura: João Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi.
9. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foi criada em 1960 (SÃO PAULO, 1960) pela Lei Orgânica nº5.918, de 18.10.1960, começando a funcionar em 1962 com o Decreto nº40.132, de 23.05.1962 (SÃO PAULO, 1962b).
10. Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) criada em 1948 pelo Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como objetivo o desenvolvimento econômico da América Latina. A partir de 1984 passou a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
11. Diogo A. Nunes Gaspar, economista Secretário Executivo do GP.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. A. A. *Arquitetura escolar em São Paulo 1959-1962: o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas*. 2008. 380 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Mimeografado.
- BARROS, J. R. M. A experiência regional de planejamento. In: MINDLIN, B. (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 111-137.
- BUZZAR, M. A. Difusão da Arquitetura Moderna Brasileira: o caso do Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959-1963). In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7., 2007, Porto Alegre. *Anais eletrônicos* [...]. Porto Alegre: Docomomo Brasil, 2007. Disponível em: <http://docomomo.org.br/course/7-seminario-docomomo-brasil-porto-alegre>. Acesso em: 21 jul. 2019.
- BUZZAR, M. A.; CORDIDO, M. T. R. L. B.; CAMARGO, M. J. *Relatório difusão da Arquitetura Moderna no Brasil: o Patrimônio Arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963)*. São Paulo: Fapesp, 2015. Mimeografado.
- BUZZAR, M. A.; CORDIDO, M. T. R. L. B.; CAMARGO, M. J. Os significados da mudança de paradigma arquitetônico advindo com o Plano de Ação do Governo de Estado/SP (PAGE) na Gestão Carvalho Pinto (1959-1963). In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL: O CAMPO AMPLIADO MOVIMENTO MODERNO, 11., Recife, 2016. *Anais eletrônicos* [...]. Recife: Docomomo BR, 2016. Disponível em: <http://seminario2016.docomomo.org.br/>. Acesso em: 21 jul. 2019.
- BUZZAR, M. A.; CORDIDO, M. T. R. L. B.; SIMONI, L. R. A arquitetura moderna produzida a partir do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto: PAGE (1959-1963). *Arquitetura e Urbanismo*, v. 14, p. 157-170, 2015.

BUZZAR, M. A. et al. *Arquitetura Moderna no Estado de São Paulo: difusão e dimensão social através de equipamentos públicos produzidos pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto - PAGE (1959-1963)*. In: CHAMMA, P. V. C. et al. (org.). *Reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado e sua dimensão cotidiana*. Bauru: Cultura Acadêmica, 2016. v. 1, p. 101-111.

BUZZAR, M. A.; SIMONI, L. N.; CORDIDO, M. T. R. L. B. *Pesquisa e levantamento dos processos relativos aos projetos e obras dos equipamentos públicos implementados pelo Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (PAGE), gestão Carvalho Pinto (1959-1963), no Arquivo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP*. In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO-ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2., 2008, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 1-20

BUZZAR, M. A.; SIMONI, L. N. ; CORDIDO, M. T. R. L. B. *Patrimônio Moderno no Estado de São Paulo: equipamentos públicos produzidos Plano de Ação do governo Carvalho Pinto (1959-1963)*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA ACADEMIA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2014, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. (Arquitetura do Mar, da Terra e do Ar - Arquitetura e Urbanismo na Geografia e na Cultura, ar, da Terra e do Ar, v. 1, p. 436-444).

CORDIDO, M. T. R. L. B. *Arquitetura Forense do Estado de São Paulo: produção moderna, antecedentes e significados*. 2007. 343 f. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. *Ata da Assembleia do IAB*. São Paulo: IAB, 1959. p. 92.

KUGELMAS, E. *Políticas públicas na administração paulista: 1946/77*. *Cadernos Fundap*, v. 5, n. 9, p. 30-45, 1985.

LIMA, C. V. *As escolas implementadas no interior do Estado de São Paulo pelo Plano de Ação do Governo do Estado entre os anos 1959 e 1963*. 2013. 348 f. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

NEUTRA, R. *Arquitetura social em países de clima quente*. São Paulo: Gerth Todtmann, 1948.

NIEMEYER, O. *O problema social na arquitetura*. *Arte em Revista*, v. 2, n. 4, p. 53, 1980.

SAMPAIO, P.A. *Plínio de Arruda Sampaio, depoimento*. [Entrevista cedida à]: SIMONI, L. N.; CORDIDO, M. T. R. L. B. e BUZZAR, M. A. *ao Projeto Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil: o patrimônio arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963)*. São Paulo, maio de 2007.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto nº34.656 de 12 de fevereiro de 1959*. Estado de São Paulo, Plano de Ação do Governo 1959-1963: Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959a.

SÃO PAULO (Estado). *Lei Estadual nº5.444 de 17 de novembro 1959*. Dispõe sobre medidas de caráter financeiro relativas ao Plano de Ação do Governo, e dá outras providências. São Paulo: Departamento de Documentação e Informação, 1959b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1959/lei-5444-17.11.1959.html>. Acesso em: 8 ago. 2018.

SÃO PAULO (Estado). *Lei Orgânica nº5.918, de 18 de outubro de 1960*. Autoriza o Poder Executivo a instituir a “Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo” e dá outras providências. São Paulo: Departamento de Documentação e Informação, 1960. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1960/lei-591818.10.1960.html>. Acesso em: 8 jan. 2018.

SÃO PAULO (Estado). *Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1961.

SÃO PAULO (Estado). *Plano de Ação, 2º Relatório apresentado pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 1962*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1962a.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto 40.132, de 23 maio 1962*. Aprova os Estatutos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. São Paulo: Departamento de Documentação e Informação, 1962b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1962/decreto-40132-23.05.1962.html>. Acesso em: 8 jan. 2018.

SÃO PAULO (Estado). *Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962*. Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1962c. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1962/lei-7655-28.12.1962.html>. Acesso em: 8 de jan. 2018.

TOLENTINO, C. A. F. *O Farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do Governo Carvalho Pinto*. Marília: Oficina Universitária, 2011.

MIGUEL ANTONIO BUZZAR

ORCID iD: 0000-0001-6251-0338 | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Av. Trabalhador São-carlense, 400, Centro, 13566-590, São Carlos, SP, Brasil | Correspondência para/ Correspondence to: M. A. BUZZAR | E-mail: mbuzzar@sc.usp.br

MARIA TEREZA REGINA LEME DE BARROS CORDIDO

ORCID iD: 0000-0003-1728-5148 | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | São Carlos, SP, Brasil.

COLABORADORES

M. A. BUZZAR contribuiu na concepção geral do artigo, incluindo a análise do Plano de Ação e das obras, além da sua redação final. M. T. R. L. B. CORDIDO contribuiu na revisão do artigo, precisando algumas questões e na análise dos dados.

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

BUZZAR, M. A.; CORDIDO, M. T. R. L. B. Plano de Ação (PAGE), e a arquitetura moderna. *Oculum Ensaios*, v. 17, e204127, 2020. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4127>

RECEBIDO EM
18/12/2017

REAPRESENTADO EM
24/4/2018

APROVADO EM
28/5/2018